



## RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2022

[English version here.](#)

### Área de advocacy e articulação:

#### 1. Coordenação do Coletivo RPU Brasil

COLETIVO  
**RPU**  
BRASIL

O [Coletivo RPU Brasil](#) é uma coalizão atualmente composta por 31 organizações, associações, redes e coletivos da sociedade civil brasileira que, desde sua criação, em 2017, têm realizado o monitoramento dos direitos humanos no país através do mecanismo da Revisão Periódica Universal (RPU) das Nações Unidas. Desde a criação, o IDDH atua coordenando suas atividades.

Em 2022, o Coletivo RPU realizou seu primeiro encontro presencial após o início da pandemia, durante os dias 23-26 de maio de 2022, em Brasília, para discutir e realizar o mapeamento do cenário internacional e construção agenda de incidências 2022 - 2023.



Ainda, durante a semana em Brasília, no dia 24 de maio, o Coletivo RPU reuniu-se com representantes de embaixadas sediadas em Brasília para fazer o lançamento dos relatórios paralelos e discutir as principais temáticas de direitos humanos no Brasil - este evento foi organizado pelo IDDH em parceria com a Embaixada do Canadá e da Noruega em Brasília.



Já no dia 25 de maio, o Coletivo RPU realizou o lançamento oficial dos [11 relatórios temáticos de acompanhamento das recomendações da RPU nesta passagem do 3º para o 4º ciclo](#), durante evento organizado pelo CNDH e Coletivo RPU.



O Coletivo RPU também elaborou uma Carta Aberta em resposta ao Relatório Nacional do Estado Brasileiro, destacando a disparidade entre a realidade e a situação abordada no Relatório Nacional - [A carta pode ser conferida aqui](#).

Em agosto, o Coletivo RPU se articulou para acompanhar presencialmente, em Genebra, a Pré-Sessão do Brasil, evento organizado pela ONG suíça UPR Info. Na oportunidade, o Coletivo RPU esteve representado na mesa de debates pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e o Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDH), que abordaram, respectivamente, as temáticas indígena e a perspectiva de gênero voltada à educação - [\(Statements durante a Pré-sessão disponível aqui\)](#).



Aproveitando a semana em Genebra, no dia 31 de agosto, o grupo também organizou um seminário internacional, que teve como objetivo informar e denunciar à comunidade internacional sobre a realidade Brasil e estimular sinergias para a defesa da democracia e dos direitos humanos no país. O evento foi dividido em blocos temáticos, que foram abordados temas como a pandemia da Covid-19 e o direito à saúde, o racismo, os povos indígenas, violência de gênero e grupos LGBTQIA+, além do descumprimento de tratados internacionais e o processo eleitoral.



Em novembro de 2022, o Coletivo RPU se organizou para estar presente na 41ª sessão de avaliação da RPU, que aconteceu entre os dias 14 a 19 de novembro. Nesse momento, os Estados-membros da ONU tiraram suas dúvidas sobre a situação dos direitos humanos e fizeram novas recomendações ao Brasil para o 4º ciclo ([as recomendações feitas podem ser encontradas aqui](#)).



Nesta mesma sessão, o grupo organizou um evento paralelo intitulado “Balço do Último Ciclo da Revisão Periódica Universal (RPU) e Perspectivas para o Futuro”, para discutir as recomendações recebidas e perspectivas para este novo ciclo da RPU que se inicia. O evento contou com a participação do Jornalista Jamil Chade, Rodnei Jericó (Geledés), Camila Gomes (Terra de Direitos) e o RE sobre Liberdade de Reunião Pacífica e de Associação, Clement Voule ([o vídeo encontra-se disponível aqui](#)).



Para finalizar as atividades deste ano, o Coletivo RPU elaborou uma Carta ao Governo De Transição, especialmente às equipes de Direitos Humanos e Relações Exteriores, visando estabelecer um diálogo sobre as recomendações do 4º ciclo e incentivar a construção de um Sistema Nacional de Acompanhamento e Monitoramento das Recomendações em matérias de direitos humanos - a Carta pode ser [conferida aqui](#).

Para mais informações sobre o Coletivo RPU Brasil, [acesse a Plataforma RPU](#).

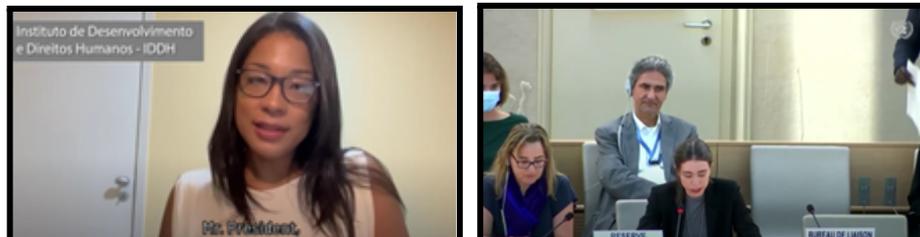
## 2. Participação nas Sessões Regulares Conselho DH

Em 2022, o IDDH realizou incidências durante as três sessões do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Confira abaixo, um resumo de nossas atuações:

Na **49ª sessão** (fevereiro/março 2022) levantamos pautas como, por exemplo, [direitos humanos e racismo](#) no Brasil, denunciando o racismo, a misoginia, degradação ambiental e



descaso com a população LGBTI+; também co-patrocinamos uma manifestação por vídeo (*vídeo statement*) sobre [educação em direitos humanos](#) apresentada pela *World Scout Movement Organization*, pedindo aos Estados para que examinem o progresso em âmbito nacional das medidas tomadas em relação à EDH, submetendo o Relatório de Meio-Período à 4ª fase do PMEDH.



Co-patrocinamos o seguinte evento paralelo a sessão, organizado por algumas OSC brasileiras<sup>1</sup>: [“Violações dos Direitos Humanos no contexto da Covid-19 no Brasil”](#), que abordou aspectos, análises e casos que demonstram as graves violações a direitos humanos ocorridas durante a pandemia no Brasil, bem como promoveu o debate acerca da responsabilização do Estado diante de ações e omissões que, ao invés de combaterem o vírus, favoreceram sua disseminação.

Já na **50ª sessão**, o IDDH co-patrocinou a manifestação por vídeo (*vídeo statement*) apresentada pela *International Organization for the Right to Education and Freedom of Education (OIDEI)*, que tratou dos [impactos da digitalização da educação](#), destacando o importante papel de mães e pais, comunidades, escolas e famílias na concepção de estratégias e políticas educacionais digitais.

O IDDH também co-patrocinou a manifestação escrita (*written statement*) submetida ao Conselho de Direitos Humanos para a renovação do mandato do [“Expert Independente sobre Violência de Gênero, Sr. Víctor Madrigal-Borloz”](#). O mandato foi renovado durante a sessão com 23 votos a favor, 17 contrários e 7 abstenções.

Por fim, na **51ª sessão**, o IDDH co-patrocinou a manifestação por vídeo (*vídeo statement*) entregue pela Conectas Direitos Humanos, durante o Item 2 – Debate Geral, com o objetivo de [denunciar os ataques ao sistema eleitoral](#) e o aumento da violência política no Brasil.



<sup>1</sup> Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil – AMDH; Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH Brasil; Fórum Ecumênico ACT Brasil – FE ACT Brasil; Processo de Articulação e Diálogo para a Cooperação Internacional – PAD; Sociedade Maranhense de Direitos Humanos – SMDH. O evento contou com o co-patrocínio do Conselho Indigenista Missionário – CIMI; da Federação Internacional dos Direitos Humanos – FIDH; do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE; e do Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos – IDDH



Durante o Item 3 - Diálogo interativo com o relator especial sobre o direito ao desenvolvimento, o IDDH chamou a atenção para o [apagão de dados em vários países, inclusive no Brasil](#), o que impede o acompanhamento dos indicadores e a implementação da Agenda 2030.



Ainda, no mesmo Item 3, durante o Debate Geral, o IDDH realizou uma manifestação oral destacando o trabalho na [implementação da quarta fase do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos](#), enfatizando a importância de monitorar a agenda de EDH nos Estados. Também, durante o mesmo Item - Debate Geral, co-patrocinamos a fala da *Soka Gakkai International*, apresentada em nome do GT de ONGS sobre Educação e Aprendizado em Direitos Humanos, que ressaltar que alguns países têm tomado medidas para [promover a educação não formal em direitos humanos](#), de forma acessível e sem discriminação, bem como vêm engajando jovens como parceiros chave para criação e promoção de políticas de educação.



Já no Item 6 – sobre a RPU, co-patrocinamos a fala realizada pela *Centre Catholique International de Genève (CCIG)*, que buscou destacar que a sociedade civil e os governos locais e regionais devem aproximar dos cidadãos o [processo de tomadas de decisões](#), assim como devem assegurar que leis, políticas e programas façam parte do concernimento de sujeitos de direito.

Ainda na 51ª sessão, nossa Diretora Executiva, Fernanda Lapa, foi convidada para participar como painelistas do evento “[EquiTalks: Unindo nossas diversidades por meio da Educação em Direitos Humanos](#)” organizado pela *Equitas – International Centre for Human Rights Education*; e o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos com o apoio da Missão Permanente do Canadá em Genebra. O evento buscou ressaltar a importância da [educação em direitos humanos](#), suas interseções com espaços cada vez menores para a sociedade civil e para reuniões e associações pacíficas em todo o mundo, e a construção de boas práticas na educação em direitos humanos para criar mudanças sociais positivas.



O IDDH também participou na organização de dois eventos paralelos:

“Painel: Quarta fase do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos – Olhando para os próximos dois anos: Lacunas e Conquistas”, discutindo sobre a implementação da [quarta fase do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos](#), além de boas práticas e perspectivas futuras para a EDH;

“Painel: Direitos Humanos no Brasil” que buscou chamar a atenção para a [situação de direitos humanos no Brasil](#) com foco para a violência política, crescente principalmente neste período eleitoral; insegurança nas instituições, com alegações infundadas de fraudes nas urnas, além das constantes violações de direitos humanos ocorridas no Brasil contra minorias, pautando em especial a juventude negra e de ambientalistas, que vêm sofrendo crescentes ataques nos últimos anos.

### **3. Boletim Sociedade Civil no Conselho de DH**

Em 2021, o IDDH lançou o Boletim Sociedade Civil no Conselho de DH. A elaboração deste material parte da importância de ampliar o conhecimento e compartilhar informações sobre as incidências que estão sendo realizadas pelas organizações brasileiras no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH/ONU). Dessa forma, ele visa disseminar os esforços realizados e ampliar a visibilidade das entidades que fazem incidência internacional, a fim de fortalecer a participação cívica em tais espaços.

No ano de 2022, foram realizadas três edições do Boletim, as quais abordaram a 49<sup>o</sup>, 50<sup>a</sup> e 51<sup>a</sup> Sessões do CDH/ONU.



Ficou interessada/o? Para receber o Boletim, inscreva-se [aqui](#).

#### 4. Reunião sobre *Follow-up/Seguimiento* de Recomendações da RPU: Sociedade Civil da América do Sul - Coletivo RPU América do Sul



Na América do Sul, em novembro de 2021 o IDDH buscou ampliar a articulação regional, realizando a 1ª **Reunião sobre *Follow-up/Seguimiento* de Recomendações da RPU: Sociedade Civil da América do Sul**. O encontro reuniu organizações de sete países da região para troca de boas



práticas. Como um resultado concreto da Reunião o grupo, que passou a ser chamado **Coletivo RPU América do Sul/Colectivo EPU América del Sur**, fez uma [manifestação conjunta](#) na Consulta Regional sobre Mecanismos Nacionais de Implementação, Relatórios e *Follow-Up* – América Latina e Caribe, realizada em dezembro de 2021 pelo ACNUDH. Na ocasião, o grupo reforçou a necessidade da ampliação de canais de diálogo entre as Nações Unidas, Estados e a sociedade civil regional, tanto para a construção de mecanismos nacionais de direitos humanos, como para a própria implementação das obrigações e compromissos internacionais de direitos humanos.

A fim de ampliar a articulação da sociedade civil, em âmbito regional, em 2022 o IDDH e a FES Brasil juntamente com ACNUDH Regional organizaram, em novembro, a **2ª Reunião Estratégica Coletivo RPU América do Sul** para troca de experiências com mais de 20 entidades da sociedade civil da América do Sul que atuam com *follow-up/seguimiento* do mecanismo da revisão periódica universal, a RPU. Nesta oportunidade, definiu-se que para 2023, as organizações integrantes do Coletivo RPU América do Sul pretendem seguir a articulação para a realização de formação a ser organizada pelo IDDH e ações de incidência internacional.

## 5. Edital ECOAR



A primeira edição do [Edital ECOAR](#), ocorrida em 2021, propôs selecionar 5 (cinco) defensoras/es de Direitos Humanos, um/a de cada região do país, para vivenciarem atividades práticas de *advocacy* na ONU Genebra, em 2022.

Em agosto de 2022, as/os participantes da primeira edição do Edital ECOAR tiveram a oportunidade de realizar o *advocacy* internacional presencialmente em Genebra, durante a Pré-Sessão de avaliação do Brasil. Neste momento, tiveram contato com Missões Permanentes, membros do ACNUDH e demais órgãos vinculados à ONU, além de participarem ativamente do seminário internacional, organizado pelo Coletivo RPU em parceria com o IDDH, intitulado “Discriminação Racial no Brasil: Violência contra população negra e aos povos indígenas”, do qual uma das vencedoras do Edital ECOAR foi convidada para ser painelistas.



Neste ano de 2022, o IDDH lançou a [segunda edição do Edital ECOAR](#), com o objetivo de selecionar 3 (três) defensoras/es de direitos humanos, representantes de entidades da sociedade civil que nunca atuaram presencialmente de atividades internacionais de *advocacy*. No primeiro semestre de 2023, elas/es irão à Genebra para vivenciarem o *advocacy* internacional in loco com a mentoria da equipe do IDDH.

## 6. Edital Olhares do Brasil



O IDDH lançou a segunda edição do Edital Olhares do Brasil neste ano de 2022, com o objetivo de divulgar artistas brasileiras/os que apresentam temas relacionados a Direito Humano em suas obras.

Em parceria com o [Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030](#), o edital selecionou 17 obras para ilustrar as páginas do VII Relatório Luz, que será exibido no Fórum Político de Alto Nível Sobre Desenvolvimento Sustentável da ONU, em 2023, e visa denunciar aprofundamentos das violações de direitos humanos.



Além da apresentação na ONU, o relatório também ficará disponível para download no site oficial do IDDH e do GT SC para a Agenda 2030.

Foram recebidas mais de 70 inscrições, oriundas de artistas das mais variadas idades (19-75 anos), de todas as regiões do Brasil. Após uma grande seleção realizada pela organização do Relatório Luz, foram definidas as 17 obras que vão ilustrar o documento que analisa a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no Brasil e será entregue à ONU. [Neste link](#), você encontra a lista completa das/os artistas e suas obras selecionadas.



## Área de Formação

### 7. Formação Advocacy Internacional no Sistema de DH da ONU



Esta formação online foi especialmente elaborada para 32 defensoras/es de DH representantes da organização Plan International Brasil e da Aliança Down to Zero. Teve o objetivo principal de oferecer conhecimento teórico-prático básico sobre os principais mecanismos de Advocacy Internacional em Direitos Humanos do Sistema ONU. Os conteúdos abordam o Conselho de Direitos Humanos, a Revisão Periódica Universal (RPU), os Comitês de Tratados e os Procedimentos Especiais. O curso foi realizado de maneira híbrida, mesclando conteúdos assíncronos, com encontros síncronos realizados ao longo de 4 semanas, através da [Plataforma EducarDH](#). Ao final, as/os participantes, em grupos, desenvolveram uma atividade simulada de atuação nos órgãos e mecanismos estudados.

### 8. Formação Advocacy ONU: Curso básico - Assíncrono





Um curso completamente online e assíncrono com o objetivo de apresentar os principais mecanismos da ONU para a atuação em Direitos Humanos. Através da plataforma online, [EducarDH](#), as/os participantes tiveram acesso a materiais referente aos quatro principais mecanismos de defesa dos Direitos Humanos da ONU: Conselho de Direitos Humanos (CDH), Revisão Periódico Universal (RPU), Comitês de Tratados e Procedimentos Especiais, além dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. Assim, a formação pode ser acessada ao longo de seis semanas e contou com 188 pessoas participantes, contemplando todas as regiões do país. Ao finalizar o curso, as/os participantes estavam habilitadas/os a compreender o contexto de estrutura e funcionamento da ONU; e identificar e diferenciar os mecanismos de atuação desta.

## 9. Formação ONU e Juventude: Advocacy em Direitos Humanos



No âmbito do programa Juventude na ONU, o IDDH recentemente passou a atuar com juventudes, especialmente impulsionado pela atual 4ª fase do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos - PMEDH (2020-2023) e também por sua atuação na implementação da Agenda 2030 no Brasil. Considerando este público essencial para todas as agendas de direitos humanos no Brasil e na ONU, em 2022 realizamos o primeiro módulo (conhecer) da formação ONU e Juventude - Advocacy em Direitos Humanos que teve como principal objetivo, apresentar o Sistema ONU de Direitos Humanos e a Agenda 2030 para jovens lideranças. As 105 pessoas participantes, oriundas de todos os estados do país, ao longo de quatro semanas, participaram do curso online pela [Plataforma EducarDH](#). Atividades assíncronas e encontros online síncronos foram realizados e, ao final, grupos de trios elaboraram propostas de implementação da Agenda 2030.

Um trio de cada região foi selecionado a partir de seu engajamento na formação e por uma avaliação entre pares, para participar de um módulo presencial (articular) a ser realizado no primeiro semestre de 2023, em Brasília, assim dando continuidade ao processo formativo.